



Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025

NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA.

Sumário

MENSAGEM DE ADMINISTRAÇÃO	2
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
BALANÇO PATRIMONIAL	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	18
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20
4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS.....	21
5. RESULTADO FINANCEIRO	22
6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS	22
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	26
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	26
9. ESTOQUES.....	27
10. IMOBILIZADO.....	28
11. INTANGÍVEL.....	29
12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS.....	30
13. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR	30
14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	30
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	32
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	37

MENSAGEM DE ADMINISTRAÇÃO

Ao apresentar os resultados de 2025, a Neoenergia Serviços Ltda. (“NEOSERV”) reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. NEOSERV

A Neoenergia Serviços Ltda. (“NEOSERV”) é uma companhia de capital fechado estabelecida em 08 de novembro de 2001, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro, conforme estrutura societária abaixo.

A Companhia tem por objetivo a comercialização de produtos e serviços para pessoas físicas (B2C). Adicionalmente, também presta serviços personalizados para pessoas jurídicas (B2B), como por exemplo a prestação de serviços energéticos incluindo consultoria, administração, projeto e construção de obras, sistemas e equipamentos de energia elétrica e de infraestrutura de energia elétrica bem como sua operação e manutenção, prestação de serviços de geração distribuída e soluções de mobilidade elétrica.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Neoenergia Serviços Ltda. (“NEOSERV”) encerrou o ano de 2025 com crescimento de mais de 15% na sua carteira de produtos e serviços oferecidos para pessoas físicas.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros	2025	2024	Varição %
Receita Operacional Bruta	66.503	59.591	11,60
Receita Operacional Líquida	57.265	51.382	11,45
Margem Operacional Líquida	39.930	31.405	27,15
EBITDA	33.363	23.501	41,96
Resultado Financeiro	1.971	262	652,29
Lucro Líquido	22.484	14.374	56,42
Margem Operacional (%)	69,73%	61,12%	14,08
Margem EBITDA (%)	58,26%	45,74%	27,38
Margem Líquida (%)	39,26%	27,97%	40,35

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/ 25	dez/ 24	Varição %
Ativo Total	67.806	50.396	34,55
Patrimônio Líquido	18.020	11.902	51,40

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Varição (R\$)	Varição (%)
Lucro Líquido (A)	22.484	14.374	8.110	56,42
Receitas Financeiras (B)	2.287	1.930	357	18,50
Despesas Financeiras (C)	(287)	(1.630)	1.343	(82,39)
Outros Resultados Financeiros Líquidos (D)	(29)	(38)	9	(23,68)
Imposto de Renda (F)	(10.675)	(8.491)	(2.184)	25,72
Amortização e Depreciação (G)	(2.175)	(898)	(1.277)	142,20
EBITDA = A - (B+C+D+E+F+G)	33.363	23.501	9.862	41,96

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda (“Deloitte”), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 76.649,87 referentes à auditoria das demonstrações financeiras.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Serviços Ltda. (“NEOSERV”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de NEOSERV e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de NEOSERV.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de NEOSERV sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Diretores da
Neoenergia Serviços Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Serviços Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Serviços Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	57.265	51.382
Custos dos serviços		(17.335)	(19.977)
Custos de operação	4	(17.335)	(19.977)
Lucro bruto		39.930	31.405
Perda de crédito esperadas	8.1	(55)	46
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(8.687)	(8.848)
Lucro operacional		31.188	22.603
Resultado financeiro	5	1.971	262
Receitas financeiras		2.287	1.930
Despesas financeiras		(287)	(1.630)
Outros resultados financeiros, líquidos		(29)	(38)
Lucro antes dos tributos		33.159	22.865
Tributos sobre o lucro	6.1.1	(10.675)	(8.491)
Corrente		(11.256)	(7.005)
Diferido		581	(1.486)
Lucro líquido do exercício		22.484	14.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	22.484	14.374
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge de fluxo de caixa</i>	(27)	48
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	9	(15)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(18)	33
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge de fluxo de caixa</i>	(7)	(1)
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	2	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(5)	(1)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(23)	32
Resultado abrangente do exercício	22.461	14.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	22.484	14.374
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	2.175	898
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	261	18
Tributos sobre o lucro	10.675	8.491
Resultado financeiro, líquido	(1.971)	(262)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	-	797
Outros	(7)	-
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(3.625)	471
Fornecedores e contas a pagar	(4.322)	2.166
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(547)	336
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	276	(1.204)
Estoques	1.178	(1.895)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	-	26
Outros ativos e passivos, líquidos	822	2.126
Caixa gerado nas operações	27.399	26.342
Pagamento de juros – Mútuo	-	(4.745)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	29	(6)
Rendimento de aplicação financeira	2.352	1.942
Pagamento de juros – Arrendamentos	(191)	(194)
Tributos sobre o lucro pagos	(8.471)	(7.021)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	21.118	16.318
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(6.265)	(6.441)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(6.265)	(6.441)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Operações de Mútuo	-	(9.172)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(197)	(266)
Remuneração paga aos acionistas	(3.593)	(2.638)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(3.790)	(12.076)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	11.064	(2.199)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.323	17.522
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.387	15.323
Transações que não envolveram caixa:		
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	-	797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	26.387	15.323
Contas a receber de clientes e outros	8	12.488	8.863
Instrumentos financeiros derivativos		-	34
Estoques	9	1.412	2.590
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1	320	676
Outros tributos a recuperar	6.2	364	556
Outros ativos circulantes		190	120
Total do circulante		41.161	28.162
Não circulante			
Tributos sobre o lucro diferidos	6.1.2	456	-
Depósitos judiciais	14	17	23
Direito de uso		1.091	1.192
Imobilizado	10	8.771	9.210
Intangível	11	16.310	11.809
Total do não circulante		26.645	22.234
Total do ativo		67.806	50.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	3.420	7.742
Passivo de arrendamento		195	185
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	13	1.926	2.473
Tributos sobre o lucro a recolher	6.1.2	3.679	1.264
Outros tributos a recolher	6.2.2	1.343	1.080
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.2	35.723	22.975
Outros passivos circulantes		2.430	1.044
Total do circulante		48.716	36.763
Não circulante			
Passivo de arrendamento		1.041	1.095
Tributos sobre o lucro diferidos		-	136
Provisões	14	29	36
Outros passivos não circulantes		-	464
Total do não circulante		1.070	1.731
Patrimônio líquido			
Atribuído aos quotistas da Empresa	15	18.020	11.902
Total do patrimônio líquido		18.020	11.902
Total do passivo e do patrimônio líquido		67.806	50.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Reservas de Lucros					Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
		Capital Social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		964	23	194	-	-	-	10.721	11.902
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	22.484	-	22.484
Aprovação de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(10.721)	(10.721)
Outros resultados abrangentes	15.3	-	(23)	-	-	-	-	-	(23)
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros		-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração aos quotistas	15.2	-	-	-	-	-	(22.484)	16.862	(5.622)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		964	-	194	-	-	-	16.862	18.020
Saldos em 31 de dezembro de 2023		964	(9)	194	4.709	6.909	-	7.767	20.534
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	14.374	-	14.374
Aprovação de dividendos adicionais		-	-	-	(4.709)	(6.909)	-	(7.767)	(19.385)
Outros resultados abrangentes	15.3	-	32	-	-	-	-	-	32
Destinação do lucro líquido:									
Remuneração aos quotistas	15.2	-	-	-	-	-	(14.374)	10.721	(3.653)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		964	23	194	-	-	-	10.721	11.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia Serviços LTDA. (“Neoserv” ou “Empresa”), com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade limitada, constituída em 8 de novembro de 2001, controlada integralmente pela Neoenergia S.A.

A Empresa tem como objetivo principal a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com atividades da indústria energética, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral, atendendo a clientes residenciais, comerciais e industriais. Atuando desde administração de arrecadação de produtos massificados, geração solar distribuída, infraestrutura de recarga de veículos elétricos e engenharia de obras de linhas de transmissão e subestações de energia.

A Empresa vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2025 apresentou capital circulante líquido (“CCL”) negativo de R\$ 7.555. A Empresa prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL negativo a médio prazo. Caso necessário, o acionista controlador se compromete a realizar aportes financeiros para que a empresa cumpra com suas obrigações.

1.1 Gestão de riscos

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1 Riscos Financeiros e Mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ ou ‘alavancados’.

A estratégia da empresa foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações a termo
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da empresa.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da empresa para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxa de câmbio

A empresa, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2025, operações de *hedge* cambial, para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 17.7.

Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a empresa busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A empresa monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 17.7.

Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela empresa em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela empresa.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da empresa não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A empresa gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro 2025, a empresa mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros.

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

1.1.2 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da empresa incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não *performance*' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a empresa incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a empresa monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a empresa segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a empresa mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Santander	AAA	AAA	-

1.1.3 Seguros

A empresa mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela empresa estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Responsabilidade Civil Geral – Operações Empresarial	31/05/2025 a 31/05/2026	25.000
	08/10/2025 a 08/10/2026	12.665

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da Empresa (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Empresa.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 12 de fevereiro de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

- 6.1.4 Tributos sobre o lucro diferido
- 8.2 Perdas de crédito esperadas
- 10.1 Imobilizado
- 14.1 Provisão para processos judiciais

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Empresa são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A empresa não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das empresas. A IFRS 18 também exige que as empresas divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A empresa espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A empresa está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a empresa está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Renda de prestação de serviços	63.880	53.885
Operações fotovoltaicas	220	2.601
Outras receitas	2.403	3.105
Receita operacional bruta	66.503	59.591
(-) Deduções de receita bruta (nota 3.1)	(9.238)	(8.209)
Receita operacional, líquida	57.265	51.382

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

3.1 Deduções de receita bruta

	2025	2024
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(17)	(33)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o	(6.150)	(5.512)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(3.071)	(2.664)
Total	(9.238)	(8.209)

3.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela Comercialização de Produtos Massificados, projetos de geração solar distribuída, infraestrutura de recarga de veículos elétricos e serviços de engenharia.

4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025		
	Custos de operação	Outras despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 4.1)	(9.036)	312	(8.724)
Serviços de terceiros	(299)	(3.496)	(3.795)
Operações <i>Smart</i>	(7.927)	-	(7.927)
Depreciação e amortização	(59)	(2.116)	(2.175)
Provisão pra processos judiciais	-	(7)	(7)
Impostos, taxas e contribuições	(6)	(16)	(22)
Outras receitas e despesas, líquidas	(8)	(3.378)	(3.386)
Total	(17.335)	(8.687)	(26.022)

	2024		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 4.1)	(10.415)	(730)	(11.145)
Serviços de terceiros	(290)	(2.295)	(2.585)
Operações <i>Smart</i>	(9.238)	-	(9.238)
Depreciação e amortização	(48)	(850)	(898)
Provisão pra processos judiciais	-	(18)	(18)
Impostos, taxas e contribuições	(6)	(44)	(50)
Outras despesas	20	(4.911)	(4.891)
Total	(19.977)	(8.848)	(28.825)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

4.1 Pessoal e benefícios a empregados

	2025	2024
Remunerações	(4.020)	(4.761)
Encargos sociais	(1.217)	(2.288)
Auxílio alimentação	(478)	(598)
Convênio assistencial e outros benefícios	(478)	(173)
Benefícios	-	(366)
Rescisões	(252)	(128)
Provisão para férias e 13º salário	(702)	(951)
Plano de saúde	(648)	(636)
Participação nos resultados	(934)	(1.475)
(-) Transferências para ordens ⁽¹⁾	5	231
Total	(8.724)	(11.145)

(1) Capitalização de folha de pagamento

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.352	1.942
(-) Tributos sobre receita financeira	(112)	(94)
Atualização de depósitos judiciais	1	2
Outras receitas financeiras	46	80
	2.287	1.930
Despesas Financeiras		
Operações com mútuo	-	(1.347)
IOF	(54)	-
Outras despesas financeiras	(233)	(283)
	(287)	(1.630)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	3
Outras variações monetárias, líquidas	(29)	(41)
	(29)	(38)
Resultado financeiro líquido	1.971	262

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS

6.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

6.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	33.159	22.865
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(11.274)	(7.774)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	-	135
Incentivos fiscais	387	27
Outros adições (reversões)	212	(879)
Tributos sobre o lucro	(10.675)	(8.491)
Alíquota efetiva	32,19%	37,14%
Corrente	(11.256)	(7.005)
Diferido	581	(1.486)

6.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2025	2024
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	10	12
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	42	(621)
Arrendamentos capitalizados	74	55
PLR	330	427
Valor justo de instrumentos financeiros	-	(11)
Outros	-	2
Total	456	(136)
Ativo não circulante	456	-
Passivo não circulante	-	(136)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(136)
Efeitos reconhecidos no resultado	445	136
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	11	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	456	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.365	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(1.365)	(121)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	(15)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(136)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção dos lucros tributáveis futuros, baseados nas projeções do planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos está apresentada como segue:

	2026
Ativo fiscal diferido	456
Efeito líquido	456

6.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2025	2024
IRPJ	190	440
CSLL	130	236
Ativo	320	676

Circulante	320	676
------------	-----	-----

	2025	2024
IRPJ	2.571	892
CSLL	1.108	372
Passivo	3.679	1.264

Circulante	3.679	1.264
------------	-------	-------

6.1.4 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

A Empresa também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Empresa. A Empresa estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

6.2 Outros tributos

6.2.1 Outros tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	91	89
Programa de Integração Social - PIS	29	58
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	136	268
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	51	135
Outros	57	6
Outros tributos a recuperar	364	556
Circulante	364	556

6.2.2 Outros tributos a recolher

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	3	2
Programa de integração social - PIS	92	66
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	428	304
Impostos e contribuições retidos na fonte	303	287
Outros	517	421
Total outros tributos a recolher	1.343	1.080

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	129	122
Fundos de investimento	26.258	15.201
Total	26.387	15.323

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	25.380	15.201
CDB	878	-
Total	26.258	15.201

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025			2024		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Terceiros	12.203	(124)	12.079	8.494	(69)	8.425
Partes relacionada	409	-	409	438	-	438
Total	12.612	(124)	12.488	8.932	(69)	8.863

O *aging* do contas a receber está apresentado como segue:

	2025		2024	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	10.533	(36)	8.473	(39)
Saldos vencidos:				
entre 1 e 90 dias	1.923	(43)	157	(14)
entre 91 e 180 dias	156	(45)	8	-
entre 181 e 360 dias	-	-	28	-
Acima de 361 dias	-	-	266	(16)
	12.612	(124)	8.932	(69)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

8.1 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	2025	2024
Saldo Inicial	(69)	(912)
Efeito reconhecido no resultado do período	(55)	46
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	-	797
Saldo Final	(124)	(69)

8.2 Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

b) Estimativas e julgamento críticos

A Empresa mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização da matriz de perda esperada baseada na experiência de perda de crédito histórica ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Empresa.

9. ESTOQUES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de estoques é composto por sistemas fotovoltaicos (painéis solares) e geradores fotovoltaicos nas áreas de concessão do Grupo Neoenergia.

	2025	2024
Mercadorias para revenda ⁽¹⁾	1.412	2.590
Total	1.412	2.590

⁽¹⁾ Em atendimento ao CPC 16 (R1) – Estoques, a empresa identificou kits fotovoltaicos com indícios de obsolescência tecnológica e não realização. Foi conduzido teste de impairment para determinação do valor realizável líquido, com base em estudo de mercado, resultando no reconhecimento do ajuste necessário ao estoque e da correspondente perda no resultado.

9.1 Política contábil

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor líquido de realização. O custo histórico é baseado pelo preço de aquisição, acrescido de gastos de armazenamento, mão de obra direta e impostos, quando aplicável. O valor líquido de realização corresponde ao valor de venda estimado no curso normal das atividades, menos os custos estimados para a realização da venda. As reduções ao valor recuperável de estoques são constituídas caso existam itens de giro lento e itens obsoletos e são imediatamente reconhecidas no resultado do exercício, em custo de produtos vendidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Construções e terrenos	Outros ⁽²⁾	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a.	3,33% A 4,00%	2,5% - 14,29%	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	305	5.985	2.920	9.210
Adições	-	-	141	141
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	4	4
Baixas	-	-	(261)	(261)
Depreciação	(12)	(311)	-	(323)
Transferências entre classes	1	159	(160)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	294	5.833	2.644	8.771
Custo	316	6.445	2.644	9.405
Depreciação acumulada	(22)	(612)	-	(634)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	238	6.488	6.726
Adições	-	-	2.569	2.569
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	231	231
Baixas	-	-	(18)	(18)
Depreciação	(11)	(287)	-	(298)
Transferências entre classes	316	6.034	(6.350)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	305	5.985	2.920	9.210
Custo	316	6.285	2.920	9.521
Depreciação acumulada	(11)	(300)	-	(311)

(1) Capitalização de gastos com pessoal

(2) Usina Fotovoltaica da Holding, carregadores elétricos e veículos

10.1 Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os demais ativos imobilizados da Empresa são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Empresa reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens.

11. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Software	Ativos em formação	Total
Taxa de amortização a.a.	20,00%	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	915	10.894	11.809
Adições ⁽¹⁾	-	6.099	6.099
Amortização	(1.598)	-	(1.598)
Transferências – entre intangíveis	9.798	(9.798)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9.115	7.195	16.310
Custo	11.558	7.195	18.753
Amortização acumulada	(2.443)	-	(2.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	598	6.026	6.624
Adições ⁽¹⁾	-	5.536	5.536
Amortização	(351)	-	(351)
Transferências – intangíveis	668	(668)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	915	10.894	11.809
Custo	1.761	10.894	12.655
Amortização acumulada	(846)	-	(846)

(1) Sales force e gestão de dados

O intangível é composto por softwares e licenças de uso que estão em fase de implementação com a finalidade de elevar a produtividade e a qualidade nos serviços prestados pela Empresa.

11.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Empresa avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2025	2024
Materiais e serviços	3.420	7.742
Total	3.420	7.742

13. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

	2025	2024
Salários, férias e 13º salário	468	708
Encargos	320	362
Benefícios	1.138	1.403
Total	1.926	2.473

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**a) Provisão para processos judiciais**

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Empresa, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	36	36
Pagamentos	(7)	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	29	29
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15	15
Adições e reversões, líquido	18	18
Atualização monetárias	3	3
Saldos em 31 de dezembro de 2024	36	36

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes, correspondem a processos judiciais não provisionados, são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos cíveis (i)	191	103
Processos trabalhistas (ii)	3.774	265
Processos fiscais	13	-
	3.978	368

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) Processos cíveis:

- Referem-se a ações de cobrança de indenização por danos morais, materiais e cobrança indevida R\$ 147 (R\$ 35 em 31 de dezembro de 2024). Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

(ii) Processos trabalhistas:

- Referem-se a ações movidas por ex- empregado de empreiteira (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do IPCA da fase pré processual e SELIC após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58, R\$ 3.774.

c) Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa possuía depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas nos montantes de R\$ 17 e R\$ 23, respectivamente.

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa TR mais 0,5% a.m.

14.1 Política contábil material e julgamento críticos

a) Política contábil material

As provisões são reconhecidas quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional em função da correlação direta das operações da empresa e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da empresa e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social é de R\$ 964 correspondendo a 96.439.722 quotas de valor nominal R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, assim distribuídas entre os acionistas.,

	Sócios		
	Quotas	Quotas %	R\$
Neoenergia S.A.	96.439.722	100%	964
Total de ações em circulação	96.439.722	100%	964

A Neoenergia Investimentos S.A. possui 1 quota que corresponde a menos de 0,01% do total de quotas da sociedade

15.2 Remuneração aos quotistas

O Contrato Social da Empresa determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos sócios se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Empresa.

A proposta de remuneração aos quotistas da Empresa foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	22.484	14.374
Lucro líquido a distribuir	22.484	14.374
Remuneração		
Mínima obrigatória	5.622	3.257
Remuneração adicional	16.862	11.117
	22.484	14.374
Natureza da remuneração		
Dividendos	22.484	13.978
JCP ⁽¹⁾	-	396
	22.484	14.374

⁽¹⁾ Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Os valores deliberados aos quotistas da Empresa, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2025			
AGS de 30 de abril de 2025	Dividendos mínimos obrigatórios 2024	3.257	0,0337759
AGS de 30 de abril de 2025	Dividendos adicional proposto	10.721	0,1112137
AGS de 30 de abril de 2025	Juros sobre capital próprio 2024	354	0,0036722
AGS de 30 de abril de 2025	Juros sobre capital próprio 2024	42	0,0004357
TOTAL		14.374	
2024			
AGS de 25 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio 2024	354	0,0036722
AGS de 22 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio 2024	42	0,0004357
AGS de 30 de abril de 2024	Remuneração aos acionistas 2023	10.536	0,1092946
AGS de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios 2023	1.869	0,0193880
AGS de 30 de abril de 2024	Dividendos adicional proposto	7.767	0,0805705
AGS de 30 de abril de 2024	Reserva especial de dividendos	4.706	0,0488174
AGS de 30 de abril de 2024	Reserva de retenção de lucros	6.909	0,0716701
TOTAL		32.183	

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2025	2024
Saldos iniciais	22.975	2.634
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados no exercício	5.621	3.656
Declarados de exercícios anteriores	10.721	19.382
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	(59)
Pagos no exercício	(3.594)	(2.638)
Saldos finais	35.723	22.975

15.3 Outros resultados abrangentes

A Empresa reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa.

15.4 Reservas de Lucros**15.4.1 Reserva legal**

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

15.5 Política contábil material

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela empresa que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a empresa à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela empresa. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da empresa, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Empresa são coligadas, sócios e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Empresa.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contrato de mútuo financeiro; (ii) prestação de serviços administrativos; (iii) projeto de eficiência energética atrelado a venda de painéis solares e (iv) direito de uso de marca.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

16.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2025				2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Coligada	Quotistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Quotistas	Total
Ativo							
Contas a receber e outros (c)	-	170	239	409	349	89	438
	-	170	239	409	349	89	438
Passivo							
Fornecedores e contas a pagar	-	-	448	448	-	383	383
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (a)	-	-	35.442	35.442	-	22.795	22.795
Outros Passivos	16	-	-	16	80	-	80
	16	-	35.890	35.906	80	23.358	23.438

16.2 Transações com partes relacionadas

	2025				2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Coligada	Quotistas	Total	Coligada	Quotistas	Total
Resultado do exercício							
Receita operacional líquida (b) (c)	1.179	678	985	2.842	5.521	-	5.521
Despesas gerais e administrativas	(202)	-	(448)	(650)	(284)	(383)	(667)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	(1.347)	-	(1.347)
	977	678	537	2.192	3.890	(383)	3.507

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

16.3 Principais Transações com partes relacionadas

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Neoenergia S.A.	Dividendos à pagar	-	N/A	2026	(35.442)	-
b)	Neoenergia Pernambuco / Neoenergia Bahia / Neoenergia Cosern / Elektro redes	Contas a receber	-	1 ano	2025	-	1.179
c)	Neoenergia S.A.	UFV Holding	IPCA/IBGE	5 anos	2029	239	985

16.4 Remuneração da administração (pessoal chave)

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve remuneração dos administradores da Empresa. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo sócio controlador Neoenergia S.A.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**17.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

A Empresa classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025			2024		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	129	-	26.258	122	-	15.201
Contas a receber de clientes e outros	12.612	-	-	8.932	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	34	-
Outros ativos financeiros	59	-	-	-	-	-
	12.800	-	26.258	9.054	34	15.201
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar	3.420	-	-	7.742	-	-
Passivo de arrendamento	1.236	-	-	1.280	-	-
Outros passivos financeiros	827	1	-	856	-	-
	5.483	1	-	9.878	-	-

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

17.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Empresa utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.8, (análise de sensibilidade).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

17.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	26.258	26.258	15.201	15.201
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	34	34
	26.258	26.258	15.235	15.235

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

17.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

17.5 Política contábil

A Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Empresa (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

17.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do swap na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ ou no portal da *Bloomberg*.

O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Empresa faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Empresa, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

17.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Empresa possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Empresa estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Empresa adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Empresa pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Desembolso EUR Empresa					
Termo	€ 2	€ 42	2026	(1)	34
Exposição líquida				(1)	34

17.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros estimados, com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Empresa entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nacional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro(€)	Alta do Euro		(14)	2	4
NDF		Queda do Euro	6,4692	14	(2)	(4)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Empresa no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	26.258	928	(133)	(268)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

David Benavent del Prado
Diretor Presidente

Rodolfo Fernandes da Rocha
Diretor

Fabiana Pettermann Martins Evangelista
Diretora

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Neoenergia Serviços Ltda.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 10º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.780.652/0001-47, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, relativamente às demonstrações financeiras da Neoenergia Serviços Ltda, alusivas ao período findo em 31.12.2025; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Neoenergia Serviços relativas ao período findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026.

David Benavent del Prado
Diretor Presidente

Rodolfo Fernandes da Rocha
Diretor

Fabiana Pettermann Martins Evangelista
Diretora